

# Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”

Ana Lúcia Rodrigues\*

## Resumo

Como o espaço urbano de Maringá se desenvolveu, destituído dos problemas inerentes à maioria das cidades brasileiras como favelas e ocupações irregulares, é a principal questão que se busca responder nesse trabalho. Para isto foram analisados os aspectos que definiram a ocupação residencial diferenciada socialmente presentes no projeto que norteou o desenvolvimento da cidade. Pois, ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, a empresa empreendedora fomentou uma ocupação residencial claramente segregada, aprofundada pelo afastamento dos moradores cujas rendas sequer alcançaram a possibilidade de ter acesso à moradia no âmbito do município, expulsos para o entorno da cidade pólo, em especial, para Sarandi e Paiçandu. *Palavras-chave:* segregação espacial; desigualdade social.

## Abstract

*The main question we discuss in this paper is how the urban space of Maringá has developed without some problems that affect most Brazilian cities, like slums and irregular occupations. To answer this question we analyzed aspects of the socially differentiated residential occupation established by the urban project that oriented the city's development. We concluded that, by segmenting*

---

\* Ana Lúcia Rodrigues é professora do Departamento de Ciências Sociais e coordenadora do Observatório das Metrôpoles-Núcleo Maringá/Universidade Estadual de Maringá. E-mail: analucia@mail.crea-pr.org.br

*the areas to be commercialized according to the buyers' socioeconomic features, the company in charge of the enterprise fostered a clearly segregated residential occupation. Without conditions to live inside the limits of the city, low-income families had to move to neighboring cities like Sarandi and Paiçandu.*

Key-words: *spatial segregation; social inequality.*

### Caracterização histórico-social de Maringá e região

Surgida no final da década de 1940 como resultado do planejamento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e idealizada para se tornar um pólo regional, Maringá foi implantada ao longo da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), fixando-se, a exemplo de várias outras cidades dessa região, nos mesmos espaços onde a ferrovia já havia construído uma estrutura com caixas de água e postos de reabastecimento de lenha para suas locomotivas.

Planejada para alcançar 200.000 habitantes em 50 anos, foi implantada como um grande empreendimento econômico, prolongamento da expansão cafeeira do estado de São Paulo. A chamada frente pioneira da cafeicultura alcançou as divisas do estado do Paraná (região norte) através da comercialização de pequenos lotes (com área que variava entre menos de 3 alqueires paulistas a, no máximo, 10 alqueires)<sup>1</sup>, sendo raros os casos de venda de grandes propriedades. Com uma rapidez sem precedentes, juntamente com Londrina, Maringá tornou-se em poucos anos um dos principais produtores agrícolas do país e, ao mesmo tempo, um dos municípios com maior grau de urbanização e incremento demográfico do estado.

Hoje, aos 57 anos, é classificada como uma cidade de “porte médio”, com uma configuração urbana ainda fiel ao projeto original. Nesse sentido, buscaremos mostrar que a mesma organização socioespacial segregadora da pobreza, estabelecida na fundação da cidade, não apenas se manteve, mas se aprofundou desde então, pois, apesar de sempre se ter destinado às classes populares espaços residenciais mais afastados do centro da cidade, estes eram muito

---

<sup>1</sup> O alqueire paulista corresponde a 24.200 m<sup>2</sup>.

mais próximos do que hoje, quando as áreas da periferia onde a população de baixa renda consegue estabelecer sua moradia são distantes de seus locais de trabalho, estudo e lazer.

A implementação do espaço urbano maringaense foi planejada num arrojado projeto urbanístico que definia a possibilidade de uma ocupação residencial diferenciada segundo as condições econômicas dos compradores. Essa diferenciação resultou numa segmentação socioespacial geradora de um espaço inter e intraurbano segregado, conforme os conceitos descritos por Ribeiro (2003).

A análise empreendida dos padrões de segregação socioespacial em Maringá empreende-se a partir de uma abordagem sobre a conjuntura nacional de cujo procedimento os padrões maringaenses sofrem interferência, que tomamos como pressuposto, sem tratar especificamente. O ponto de partida desse procedimento é o quadro de crise econômica e social que se configurou a partir dos anos 1970 no Brasil, reflexo das recentes readequações na produção capitalista que incorporou os modernos avanços tecnológicos, gerando impacto, inclusive, sobre o aumento da segregação residencial nas áreas urbanas e nas grandes metrópoles

Recentes estudos feitos pelos autores que compõem a Rede Observatório das Metrôpoles, vinculados à atual literatura internacional sobre o tema, evidenciam a existência de ligações entre mudanças estruturais da produção e configurações socioespaciais. Principalmente duas dessas mudanças teriam atingido a estrutura das metrópoles brasileiras, conforme apresentadas por Lago (2000). A primeira refere-se à economia nacional voltada à exportação e a segunda destaca a ocorrência, na atividade econômica do país, de expressiva participação do setor financeiro, dentro do processo de reestruturação produtiva da economia mundial globalizada. Essa conjuntura derivou para o setor econômico, em modificações marcadas por profundas crises, cujos efeitos resultam, sobretudo, na precarização das relações de trabalho, no rebaixamento dos salários, ininterrupção do ciclo de aumento da pobreza e aumento das desigualdades de renda (LAGO, 2000, p. 34).

A desigualdade é um traço histórico e dominante na estruturação da realidade social brasileira, cujas raízes remontam à nossa história escravista e aos mecanismos de posse da terra, regulamentados na “Lei de Terras”, de 1850. Num país com índices de pobreza bastante

altos, Maringá é apresentada nacionalmente como a “Dallas brasileira” (Lima, 1999, Pp. 128-129), aparentemente sem grandes desigualdades sociais, evidenciadas principalmente pela inexistência de favelas e de ocupações irregulares. Pretendemos examinar neste artigo quais foram as práticas das políticas urbanas que orientaram as ações definidoras do traçado urbanístico planejado para a cidade que possibilitaram, no processo de crescimento, que o desenho fosse mantido como no plano inicial, tanto nos seus aspectos urbanísticos quanto nos socioeconômicos.

Julgamos que a ação do poder público municipal, aliada à do mercado imobiliário, desde o início, revestiu-se de um caráter definidor da cidade como um espaço segregado socialmente e, para comprovar essa premissa, buscaremos verificar se há uma hierarquia socioeconômica na ocupação do espaço urbano pela população que se reproduziu a partir do modelo núcleo-periferia (instrumental teórico utilizado pelo urbanismo e áreas afins) para explicar a ocupação urbana dessa espacialidade.

Podemos dizer que a implantação do projeto maringaense deu-se integralmente. Contudo, o desenvolvimento do espaço urbano além desse primeiro plano, isto é, com os novos loteamentos que se seguiram, encontrou momentos caracterizados por mudanças do que fora originalmente planejado. Porém, atentos à preservação do desenho original, os órgãos de planejamento da prefeitura, diante de todos os desvios identificados, sempre restituíram a expansão ao traçado inicial. Por exemplo, em 1977, foram elaboradas e implantadas as novas Diretrizes Viárias de Maringá, que davam continuação às grandes vias projetadas no primeiro traçado, determinando assim que a localização dos novos loteamentos deveria se submeter ao traçado viário principal.

A ocupação urbana, em meio século, extravasou o âmbito municipal em direção à Região Metropolitana de Maringá (RMM), atualmente composta pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu, Ângulo e Floresta, onde ocorrem manifestações desse fenômeno a partir de um arranjo espacial que operacionalizou a segregação da pobreza para outros municípios e possibilitou ao município-sede preservar as características urbanísticas – *privilegiadas* – previstas no projeto inicial, que asseguraram à cidade uma configuração ajardinada e bela.

O domínio do município não comporta as explicações sobre sua ocupação, pois ela excede o seu limite avançando para o entorno maringaense que formou, com os municípios contíguos Sarandi e Paiçandu, uma única mancha urbana. Projetou-se uma cidade onde estavam definidos espaços residenciais “principais” (no centro da cidade e proximidades), comercializados a preços mais altos, “populares” e “operários” (mais distanciados), de preços menores, que deveriam ser ocupados pelas classes respectivas.

Pressupomos que a definição inicial desses lugares diferenciados para a moradia foi, por si só, um indicativo de segregação social que se originou do deslocamento das camadas populares para as extremidades marginais (bordas) da cidade. Esse antecedente, aliado ao tempo histórico decorrido (que já evidenciou uma ocupação de espaços distintos que abrigam, claramente, as classes altas, médias e baixas) demonstra processos que excluíram a baixa renda não só dos melhores lugares da cidade, como também dos seus próprios limites, afastando-a para os municípios vizinhos, que até hoje são aglomerações urbanas desprovidas da infra-estrutura básica que, em Maringá, foi oferecida desde o início de sua fundação.

Através da metodologia das categorias socioocupacionais (Ribeiro, 1996) que possibilita averiguar se ocorrem no espaço urbano metropolitano processos de segregação social, confirmou-se o que pode ser visto a olho nu em Maringá, ou seja, uma realidade socioespacial segmentada, com a periferização da pobreza em Paiçandu e Sarandi, municípios que assimilam os moradores cujas rendas são insuficientes para custear sua residência em Maringá.

A análise da estrutura socioespacial metropolitana, do período de 1991, a partir da utilização de uma tipologia socioocupacional e da definição de unidades socioespaciais correspondentes, neste caso, as AED's, tem como referência os trabalhos desenvolvidos por Chenu e Tabard (1993), Preteceille (1993) Ribeiro (1996) e demais pesquisadores que compõem o referido grupo de pesquisa. As categorias socioocupacionais permitem classificar a distribuição da população economicamente ativa quanto à sua inserção no mercado de trabalho e na estrutura social da cidade, permitindo a hierarquização dos espaços intrametropolitanos segundo a sua composição social e condições de vida, para a qual o modelo centro-periferia nos servirá de suporte.

Na maioria das cidades, o mercado imobiliário formal e a legislação sobre o solo urbano impossibilitam que vastos segmentos da população urbana tenham acesso à moradia, o que leva aqueles que buscam a casa própria a ocupações irregulares, invasões ou, ainda, mercados informais. Em Maringá, essas práticas não foram adotadas, ou seja, não se desenvolveu um mercado imobiliário informal ou, ainda, processos de ocupações irregulares. Os que não têm casa própria utilizam como única possibilidade de satisfação dessa necessidade o aluguel, o que os leva a freqüentes mudanças de residência.

No território municipal, o poder público e os agentes incorporadores privados conseguiram, na maioria das vezes, manter a formalidade das transações imobiliárias. Isso forçou uma parcela significativa das classes de baixo poder aquisitivo a deslocar-se em busca das condições possíveis para a aquisição de casa própria encontradas no entorno da cidade, especialmente nos municípios contíguos, Sarandi e Paiçandu. Durante a fundação e desenvolvimento de Maringá, esses municípios foram os espaços acessíveis à moradia de tais segmentos, onde a legislação urbanística não era rigorosa (e ainda não é), os terrenos eram mais baratos e de menores dimensões, pois, em Maringá, o terreno mínimo tem 300 m<sup>2</sup> e os preços de mercado bastante altos. Contudo eram localizados em loteamentos precários, nas cidades vizinhas, destituídos de qualquer infra-estrutura básica, cujos espaços se tornaram historicamente ônus do poder público, pois os empreendedores foram autorizados a comercializar as áreas sem nenhuma estrutura e os futuros moradores passaram a demandar das prefeituras a instalação dos serviços urbanos necessários.

O Executivo e o Legislativo municipais em Maringá governam a partir de planejamento global e de longo prazo. Inicialmente, através do “Código de Posturas” que implementou as ações planejadas, juntamente com o plano original da empresa fundadora para o crescimento urbano e, na seqüência, todo o processo de desenvolvimento maringaense passou a ser dirigido pelas disposições definidas em planos diretores para a cidade, que têm sido postos em prática desde 1968.

Busca-se situar, na história da formação da cidade, o estabelecimento das bases da diferenciação social, reproduzida na ocupação do espaço urbano através da prévia segmentação dos espaços a serem comercializados e da significância das políticas urbanas públicas e do mercado imobiliário no processo da configuração espacial que se constituiu. Comparam-se alguns índices maringaenses com os de Sarandi e Paçandu, municípios que formaram com Maringá uma mancha contínua, mas também com alguns outros municípios num eixo em torno de 40 quilômetros, que representam uma extensão do processo de sua própria urbanização, pois a expansão urbanística maringaense constituiu-se no extravasamento da pobreza para o seu entorno, que só assim pode ser compreendida. Os conceitos desigualdade, pobreza e segregação norteiam nossas reflexões, pois o espaço regional que se constituiu traz em si tais características.

Apresentamos, ainda, a configuração do quadro de desigualdades socioespaciais na RMM em 1991, cuja análise consiste na busca das dinâmicas sociodemográficas e de produção do espaço construído, associando-as à estrutura socioespacial. Pretende-se avaliar em que medida as especificidades dos processos locais destacam-se na configuração da cidade e região, considerando que o desenho socioespacial, que Maringá mantém tão intimamente relacionado ao seu projeto inicial, guarda características bastante distintas da maioria dos espaços urbanos da RMM.

O ideário urbanístico que serviu de paradigma ao planejamento das cidades na primeira década do século XX contém os elementos que inspiraram o engenheiro Jorge Macedo Vieira (1894-1978) na elaboração do projeto urbano de Maringá. Ou seja, mesmo que por via de uma “releitura urbanística” (Rego, 2001), estão presentes no projeto maringaense aspectos do modelo da *cidade-jardim*, o que conduz a cidade a ser associada freqüentemente a este padrão, a despeito da *especialização funcional* do projeto, mais afeita às orientações modernistas da Carta de Atenas.

A característica do plano original é uma mescla de traçado que combina o tradicional desenho xadrez no centro da cidade (zona 1) com as circunscrições da cidade jardim da *zona residencial principal* (zona 2), *popular* (zonas 4 e 5 e 8) e *operária* (zona 3) definidas pelos elementos topográficos dos terrenos. Para o urbanista Socorro

(2004), o modelo da cidade-jardim é predominante também nas áreas oriundas do processo de abertura dos novos loteamentos, principalmente a partir de 1977, quando foram dadas as diretrizes viárias para a cidade, num prolongamento das vias já definidas no projeto original.

Contudo, em Maringá, repete-se o mesmo padrão de urbanização “excludente e desigual que se desenvolveu no país, especialmente a partir da década de 1950” (Lago, 2000, p. 39), sem a reprodução de algumas expressões que esse padrão gerou na maioria das cidades brasileiras, como, por exemplo, a favela, que apesar de ter constituído a paisagem maringaense, foi subtraída da cidade em projetos de desfavelização dos anos 70 e 80, compondo o processo de segregação residencial balizada por uma hierarquização social que definia um espaço de moradia aos pobres, não circunscrito aos espaços onde as favelas se localizavam naquele período, próximo às áreas centrais.

Na década entre 1970 e 1980, quando ocorreu um significativo incremento demográfico em Maringá e região, dado pelo êxodo rural e pelas políticas implementadas antes e após a geada de 1975, o padrão de urbanização das metrópoles brasileiras, empreendido desde os anos 50, foi qualificado, pela literatura crítica da questão urbana, com a noção de “padrão periférico”, dado pela idéia de dualização, pois se pode considerar que:

Em um pólo, a segregação da população pobre nas precárias periferias, possibilitando-lhe amplo acesso à moradia através da produção extensiva de loteamentos populares e, no outro, a expansão nas áreas centrais da forma empresarial de produção residencial que se consolidou nos anos 70 com o advento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A noção de padrão periférico de urbanização passou a ser utilizada, a partir da década de 70, para explicar a particularidade da metropolização brasileira, resultante da combinação entre a modernização da economia, com o conseqüente aumento da produtividade, e as formas extremas de exploração da classe trabalhadora. Nesse modelo de crescimento, estabeleceu-se, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente... (Lago, 2000, p. 36)

Maringá, implantada como cidade planejada, traz em sua concepção os pressupostos de ordem e controle. O projeto implementado prosperou e resultou numa cidade que, em meio século, obedeceu,

em linhas gerais, ao traçado inicialmente almejado e ao plano de ocupação, que previa para 50 anos uma população em torno de 200.000 habitantes, possuindo, em 2000, quase 289 mil. Pode-se inferir que essa planejada ocupação não se confirmou totalmente, devido ao processo de adensamento demográfico decorrente do êxodo rural, na década de 1970, que não se podia prever inicialmente. Com isto, neste período, configurou-se o fenômeno da *periferização* da pobreza, acima destacado por Lago. Em Maringá, essa ocupação periférica já ocorria desde o início da expansão da área urbana, oriunda do projeto residencial (segmentador) que se concebeu, como já observamos.

Não obstante a efetiva especialização funcional dos espaços da cidade, numa influência da abordagem modernista tradicional, apresentada pela Carta de Atenas (que indica espaços que cumprirão funções residenciais, comerciais e de serviços, industriais, de lazer, etc.), característica que também se mantém ainda hoje, as zonas residenciais do projeto de Maringá não se configuram apenas enquanto especialização de distintas funções, mas têm sua ocupação claramente definida por uma classificação socioeconômica: “principal”, “popular” e “operária”. Ou melhor, explicita-se no desenho original uma segmentação residencial dada pela posição socioeconômica do morador, que definirá o espaço da cidade que ele ocupará.

A produção do espaço urbano constituído, não apenas por Maringá, mas por toda a área da RM maringaense, obedeceu desde sua gênese a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário. Ao segmentar as áreas a serem comercializadas segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial claramente segregada.

Quando falamos sobre segmentação e diferenciação<sup>2</sup> do espaço no projeto inicial de Maringá, referimo-nos a uma categoria que expressa a hierarquia social no território e, ainda, às chances desiguais

---

<sup>2</sup> Os conceitos de diferenciação, segmentação e segregação social que utilizamos são objetos que vêm sendo (re)elaborados por Ribeiro (2004).

de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade (Mendonça, 2002, pp. 11-12). Noutras palavras, entendemos que a cidade acabou definindo uma espacialidade que separou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora dos limites da cidade, no entorno metropolitano.

Destaque-se nesse processo de uso e ocupação do solo urbano, a presença do poder público, agente também responsável – junto com o mercado imobiliário – pela definição do tipo de urbanização que se implementou em Maringá, pois foi o poder público, em última instância, que reiterou, através do planejamento e das políticas urbanas definidas, qual cidade se edificaria. O que ocorreu, inúmeras vezes, foi a presença, no governo municipal (executivo ou legislativo), de indivíduos que também atuavam no mercado imobiliário,<sup>3</sup> exceção ao poder executivo no primeiro mandato, que enfrentou forte resistência da companhia incorporadora. Entretanto a empresa conseguiu apoio amplo do legislativo para aprovar vários projetos que interessava a ela particularmente.

Sabemos que muitos planos são idealizados e nem sempre postos em prática. Porém, conforme se pode perceber, não foi o que ocorreu com Maringá, pois essa empresa conseguiu orquestrar o desenvolvimento da cidade, tal qual concebido nos projetos. Foi capaz, desde sua fundação, de aliar agentes (os compradores “pioneiros” e o poder público) em torno dos mesmos princípios políticos e econômicos que eram, antes, os seus princípios. Articulada com o poder público municipal, praticou instrumentos de gestão do espaço eficientes o bastante para controlar a ocorrência dos fenômenos considerados “indesejáveis”, como ocupações irregulares, favelas, moradores de rua, que comprometeriam a estética planejada para a cidade.

---

<sup>3</sup> Napoleão Moreira da Silva (vereador), funcionário da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná; Ulisses Bruder (vereador), funcionário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; Salvador Lopes Gomes (vereador), construtor; Divanir Brás Palma (vereador), proprietário de construtora; Kazumi Taguchi (vereador), corretor de imóveis/imobiliária; Edmar Arruda (vereador), Proprietário de Construtora (Câmara de Vereadores do Município de Maringá, 2004).

Atualmente Maringá se classifica, na escala das redes urbanas regionais (Ipea, IBGE, Unicamp, Iparides, 2000, p. 70), como “aglomeração urbana de maior porte” ancorada em índices como centralidade muito forte, crescimento da população acima da média do estado desde 1970 (que não ultrapassou 81,4%), grau de urbanização<sup>4</sup> de 98,38<sup>5</sup>, densidade de ocupação de 545,71 habitantes<sup>6</sup> por km<sup>2</sup>, participação no valor adicionado total<sup>7</sup> do estado de 3,37%. Indicadores mais recentes (Iparides, Mapas Temáticos, 2003) mostram que tais índices se mantêm crescentes.

Quanto ao tamanho, Maringá é qualificada como uma cidade de *porte médio*, não obstante a dificuldade de instituir consensualmente essa definição, como advertem Andrade e Serra (2001, p. 2), pois inexistente um conceito estabelecido de cidade média que pudesse ser utilizado em conformidade por todas as áreas do conhecimento. O critério comumente empregado – e aceito – para determinar tal conceituação é o *tamanho demográfico*. Segundo esse critério, Maringá é classificada como uma cidade de porte médio posto que ela compõe “o conjunto de municípios brasileiros, cuja população urbana, segundo o censo demográfico de 1991, situava-se entre 100 mil e 500 mil habitantes” (Amorim F<sup>o</sup>. e Serra, 2001, p. 4).

Cidades de porte médio têm sido apontadas, repetidamente, nos dias atuais, como excelentes locais para se viver e se investir, figurando, em trabalhos acadêmicos e em artigos publicados nos jornais e revistas de circulação nacional, como “ilhas de prosperidade”, verdadeiros “eldorados”. No decorrer da década de 1990, a imprensa descobriu a existência de um Brasil de interior pujante, no qual cidades médias oferecem um pouco de tudo o que as grandes capitais dispõem, sem os desconfortos que as metrópoles apresentam. Entre os espaços urbanos assim identificados, encontram-se Maringá, Uberlândia, Ribeirão Preto e Londrina (Rodrigues e Tonella, 2003).

---

<sup>4</sup> O percentual de população urbana sobre o total de população.

<sup>5</sup> Destaca-se que Sarandi e Paiçandu apresentaram graus de urbanização quase tão altos quanto os de Maringá, respectivamente, 97,31 e 96,28 (IBGE, 2000).

<sup>6</sup> A densidade demográfica do Paraná é de 47,8 hab/km<sup>2</sup> e a do Brasil é de 19,9 hab/km<sup>2</sup>.

<sup>7</sup> Total dos tributos fiscais auferidos pelo estado em cada setor da economia (primário, secundário e terciário) dos municípios.

No contexto do planejamento de políticas urbanas nacionais, Maringá foi contemplada com os benefícios dos financiamentos que possibilitaram a implantação e (re)implantação do projeto originalmente previsto, quando se expandiram as grandes vias e se programaram espaços para novos loteamentos residenciais. Foi assim que o poder público, presente desde o processo inicial de fundação da cidade, regulou o uso e a ocupação do solo urbano através de uma rigorosa legislação urbanística que se implantou e se cumpriu quase na sua totalidade. Foram os investimentos públicos oriundos dos programas para as cidades médias que, em meados dos anos 70, viabilizaram a continuação do planejamento inicial, através da construção de uma infra-estrutura que garantiu amplas vias de transporte, rede de água e esgotos e equipamentos de lazer como praças e parques. Investimentos maciços naquele momento em infra-estrutura, ampliando o perímetro urbano, estão entre os fatores que elevaram sobremaneira o valor de muitas áreas que se destinavam a fins habitacionais e que, por isso, até hoje, ainda não foram ocupadas, gerando alta rentabilidade ao detentor da propriedade.

Numa cidade média, como é o caso de Maringá, encontra-se uma ocupação do espaço caracterizada pelo modelo núcleo-periferia predominantemente polarizada. No centro estão localizadas as elites e camadas média-altas da população e, na periferia, a ocupação residencial dá-se pelas médias baixas e baixas camadas. Além de essa tendência caracterizar o espaço interno da cidade, ela se reproduz em relação aos municípios do entorno, no qual Maringá figura como centro da ocupação e os municípios contíguos, como periféricos, incorporando as camadas de rendas baixas que sofreram processos segregadores.

Buscando precisar o conceito de segregação residencial, Ribeiro (2003, p. 165) destaca duas abordagens sobre o tema. Na primeira, concebe-se a segregação como diferença de localização espacial de um grupo em relação a outros grupos, fundamentada pela explicação ecológica de sociedade (Escola de Chicago),<sup>8</sup> cujo eixo central é a

---

<sup>8</sup> “É porque as relações sociais são freqüentemente ligadas a relações espaciais, na medida em que as distâncias físicas são ou parecem ser indicadores de distâncias sociais, que estatísticas têm alguma importância para a sociologia. E isto é verdadeiro, definitivamente, porque é somente na medida em que podemos

“distância social” expressa na “distância espacial”, como resultado das ações e escolhas dos próprios indivíduos que buscam se agrupar contrariando a idéia (utópica) de mistura social. Na segunda abordagem, a segregação assinala as diferenças sociais na ocupação do espaço urbano dadas pelas possibilidades distintas de acesso à cidade, que refletem, em última instância, a estrutura da própria sociedade desigual.

Mesmo considerando que a condição da existência dos homens em uma sociedade capitalista é a situação de desigualdade, porquanto a estrutura básica que sustenta tal sociedade alicerça-se, exatamente, em conjunturas que distinguem os homens pela posição que ocupam nas relações entre o capital e o trabalho (Marx, 1985), devemos, todavia, ponderar que:

(...) nas sociedades capitalistas, onde o mercado é o mecanismo central da ordem social e os valores igualitários são a base da cultura compartilhada pelos seus integrantes o termo segregação é pertinente como instrumento capaz de enunciar problemas da ordem social. Neste caso, a segregação residencial tem sentido para designar certas formas de segmentação socioespacial fundadas no controle institucional de recursos que desfrutam certas categorias para a manutenção ou ampliação de barreiras ao contato físico e social e, ao mesmo tempo, na imposição legítima ou não de uma ordem simbólica fundada na crença compartilhada que as pessoas não são naturalmente iguais. (Ribeiro, 2003, p. 164)

Os aspectos da desigualdade estão presentes na ocupação dos espaços urbanos da RMM. Ocorrem nos níveis inter e intramunicipal, através de processos dialéticos que produzem e reproduzem a realidade social baseada na própria desigualdade. Enquanto categoria, a desigualdade pode nos oferecer visibilidade de si mesma se a tomarmos como um conjunto de variáveis através do qual ela ganha existência concreta.

---

reduzir ou relacionar fenômenos sociais ou físicos aos fenômenos espaciais que podemos medir de uma maneira ou de outra.” Park, “A comunidade urbana: um modelo espacial de ordem moral”, apud Ribeiro, 2003, p. 165).

No espaço da cidade e entre as cidades da RMM, essas variáveis compõem-se de diversos índices socioeconômicos, dentre os quais a situação demográfica, o PIB *per capita*, o rendimento da população, as condições urbanas de vida dos habitantes (padrão das residências, infra-estrutura, saneamento, serviços de educação, saúde, creche) e, com destaque especial, o acesso ao transporte urbano. As situações de desigualdade ocorrem dentro de cada município pelas distintas possibilidades que os moradores têm do acesso à cidade e, entre as municipalidades, se reproduz essa mesma conjuntura igualmente díspar.

Destacamos a seguir apenas alguns dados relacionados à condição de moradia, escolaridade e renda, respectivamente, que evidenciam as diferenças.

Desigualdade, no presente trabalho, refere-se aos graus de diferenciação das condições e possibilidades de acesso a bens e serviços entre as pessoas. Distinção geradora das situações de miserabilidade às quais está submetida a grande maioria da população brasileira<sup>9</sup>, uma vez que “a pobreza é resultado do nível e da forma da distribuição dos recursos totais de uma sociedade entre sua população” (Medeiros, 2003, p. 12), acentuada, no Brasil, nas “lacunas deixadas pela falta de reformas agrária, tributária e sociais [que] tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades” (Pochmann e Amorim, 2003, p. 21). As desigualdades resultam de uma concentração de riqueza, no país, circunscrita a apenas cinco mil famílias que possuem o equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado no período de um ano, ou seja, um volume patrimonial análogo a 42% de todo o PIB brasileiro (id., 2004, p. 11).

---

<sup>9</sup> A população brasileira apresenta um dos mais elevados níveis de desigualdade de renda no mundo, oriundo da concentração de riqueza. Segundo o IPARDES (Mapas Temáticos, 2003) o Paraná apresenta um índice de desigualdade de renda de 0,49%, Curitiba e as duas cidades da RMM, Marialva e Maringá, índices entre 0,49% e 0,61%, e os demais municípios desta região, índices maiores que 0,61%. Observa-se que quanto menor o índice, maior a desigualdade.

**Percentual de domicílios com serviços de  
esgotamento sanitário na RMM – 2000**

Município	Esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial	
	Domicílios atendidos	Atendidos / total (%)
Ângulo	3	0,36
Floresta	5	0,34
Iguaraçu	17	1,65
Mandaguaçu	1.192	25,35
Mandaguari	2.120	23,13
Marialva	2.724	33,63
Maringá	47.446	56,32
Paçandu	1.289	15,06
Sarandi	810	4,04

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ONU/PNUD, 2004).

**Total de domicílios, Indicadores de maior e menor escolaridade,  
de maior e menor rendimento e desigualdade de renda,  
segundo municípios da RMM – 2000**

Município	Total de domicílios	Anos de estudo do responsável pelo domicílio		Rend. do responsável pelo domicílio		Desigualdade de renda (1)
		Até 3 e s/ instrução (%)	11 e + (%)	(%) - de 1 sm e s/rend.	+ de 15 sm - %	
Ângulo	831	45,49	10,11	38,03	1,44	0,60
Floresta	1.476	36,52	17,89	23,17	1,83	0,56
Iguaraçu	1.029	40,43	20,41	31,39	2,24	0,62
Mandaguaçu	4.703	38,12	17,2	28,71	2,72	0,56
Mandaguari	9.167	34,29	19,01	31,34	2,52	0,57
Marialva	8.101	34,53	16,48	27,52	3,38	0,49
Maringá	84.208	20,39	36,47	14,09	9,72	0,51
Paçandu	8.559	37,13	10,66	28,29	0,86	0,70
Sarandi	20.038	34,37	10,20	25,65	0,82	0,72
<b>Total RMM</b>	<b>138.112</b>	<b>35,70</b>	<b>17,60</b>	<b>27,58</b>	<b>0,27</b>	<b>0,59</b>

Fonte: Iparde, Mapas Temáticos, 2003. Dados trabalhados (médias simples).

(1) Valor do rendimento mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes / valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes. Considera-se que quanto maior o índice, maior a desigualdade de renda.

Nosso pressuposto, portanto, considera a associação entre desigualdade e pobreza, pois na bipolaridade social, ricos e pobres, é que se funda a segregação espacial ou residencial materializada no espaço das cidades, como ocorre caracteristicamente na RMM, com uma clara periferização da pobreza para suas fronteiras ou, ainda, para os municípios do seu entorno, numa configuração espacial

centro-periferia, distinta do processo fractal (Ribeiro, 2000) que vem caracterizando a ocupação do espaço urbano das metrópoles.

Atribui-se a diversificados fenômenos o conceito de segregação: a) proximidade espacial e concomitante distância social que gera uma apartação de fato, como é o caso, por exemplo, das favelas próximas a áreas elitizadas e dos guetos norte-americanos radicalmente separados; b) distância social e física, característica das metrópoles latino-americanas, cujas periferias são as únicas áreas de moradia disponíveis às populações de baixa renda; e c) a mais recente forma, a chamada “auto-segregação”, caracteristicamente uma apartação voluntária em que as elites econômicas transferem suas residências para zonas residenciais em condomínios fechados (Mendonça, 2002).

Para os objetivos presentes, que buscam mapear a configuração socioespacial do espaço metropolitano a partir da localização da residência, utilizaremos segregação: 1. enquanto sinonímia de *desigualdade* resultante do processo de apropriação dos bens urbanos pelos que detêm a propriedade do solo, portanto, dos que têm “direito à cidade”, e, mais precisamente, 2. como desigualdade manifesta na ocupação do espaço urbano para moradia. Afinal,

(...) o termo segregação residencial denota a idéia de separação e de exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da sociedade, situações nas quais ocorre a ausência de relações que vinculem estes grupos com o conjunto social. (Ribeiro, 2003, p. 163)

Partimos do pressuposto de que, ao se assinalarem grupos sociais entre os que terão acesso diferenciado a espaços distintos, implementa-se uma ação segregadora, pois se associa a bipolaridade social (ricos e pobres) às possibilidades de escolha dos bens a adquirir conforme a condição de vida.

Conseqüentemente, a diferenciação entre os grupos sociais quanto à probabilidade de aquisição de bens é um ato de segregação. Esta pesquisa tem como objeto exatamente o desenvolvimento do espaço urbano de uma região cuja cidade pólo sempre se caracterizou pela realização de empreendimentos imobiliários em áreas centrais ou adjacentes, dirigidos à elite e, em contraposição, em espaços periféricos, aqueles dirigidos às classes populares. Um exemplo deste

tipo de ação segregadora é o conjunto de procedimentos a que chamamos desfavelização, que afastou as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais e pericêntricas (que invadiram espaços não destinados a elas no plano original), não apenas para as periferias do município pólo, mas para as periferias dos municípios do entorno, principalmente através dos processos de desfavelamento ocorridos nos anos 70 e 80.

Desse modo, foi se configurando na RMM a ação segregadora. Conforme apresentado anteriormente, as diretrizes da companhia empreendedora (a detentora da posse das terras de toda a região) prevaleceram na construção do espaço urbano maringaense e regional, normalmente referendadas pelo poder público (em alguns momentos apenas no nível executivo, em outros, no legislativo ou, ainda, nos dois níveis).

### **Estrutura social da RMM**

A RMM, em 1991, caracterizava-se por uma estrutura social em que predominavam ocupações no segmento secundário constituído de 24% do total dos ocupados, com destaque para os operários da indústria (7,5% na moderna e 8,3% na tradicional), seguido dos trabalhadores do terciário, com 17,8% da população ocupada e dos trabalhadores dos setores médios com 17,2% de participação. As atividades do comércio e serviços eram então exercidas, respectivamente, por 9,7% e 8,0% dos trabalhadores (17,7%), portanto, o segundo contingente dos ocupados da região.

As atividades dos setores médios também se destacavam na composição da estrutura social da RMM, com uma participação de 17,2%. Embora implantada em função da expansão da lavoura cafeeira e de ser este o principal fator de ocupação e valorização das terras em Maringá e região, em 1991, as atividades secundárias e terciárias suplantavam as primárias, que congregavam 10,6% do total dos ocupados na RMM. Se comparada com a média de distribuição da população brasileira por grupo socioocupacional, a RMM destaca-se principalmente com relação às atividades do *grupo intelectual* (13,2%), notadamente, dos empregados de nível superior com uma participação

de 9,5% no total do pessoal ocupado (mais os autônomos com 3,7%). Isso pode ser explicado pela presença de uma universidade pública de abrangência regional e de algumas instituições de ensino privado, além dos quadros de pessoal das próprias instituições. Ao considerarmos que a média brasileira de participação desse segmento no conjunto da população ocupada é de 4,0%, o percentual de Maringá está três vezes acima da média nacional.

**Regiões Metropolitanas e Brasil**  
**Distribuição da população ocupada**  
**por grupo socioocupacional – 1991**

Grupos socioocupacionais	Distribuição da população ocupada (%)							
	RMM	RMBH	RMRJ	RMSP	RMPA	RMC	RMR	BRASIL
Grupo dirigente	1,0	1,1	0,9	1,4	0,9	1,5	1,1	0,7
Grupo intelectual	13,2	5,8	7,1	5,3	4,9	5,7	5,9	4,0
Pequena burguesia	5,1	6,7	5,2	6,1	6,8	6,8	8,0	8,9
Setores médios	17,2	25,9	27,3	27,6	26,5	25,3	25,1	22,0
Proletariado do secundário	23,9	24,7	21,1	26,3	28,9	25,6	19,5	25,4
Proletariado do terciário	17,7	23,1	25,2	23,6	20,7	21,4	23,1	23,6
Subproletariado	11,1	11,7	12,1	8,6	9,0	9,0	14,2	15,2

Fontes: IBGE, Censo Demográfico, 1991. Dados trabalhados pelas equipes que compõem o Projeto “Metrópole, Desigualdades sócio-espaciais e governança urbana”, financiado pelo Pronex; para o Brasil, IBGE, PNAD, 1992 (Mendonça, 2002, p. 62).

É considerável também o fato de o índice das atividades referentes ao setor secundário encontrar-se compatível com as médias brasileiras, pois isso poderia significar que a RMM apresenta-se como uma das regiões do interior que incorpora parte da atividade industrial que se transfere dos grandes centros.

Em oposição, com índices de participação inferiores às demais regiões apresentadas, encontram-se as atividades do terciário (17,7%) e as dos grupos médios (17,2%), inclusive em relação ao Brasil, que possui 23,6% dos ocupados no terciário e 22% nas atividades dos grupos médios.

Em relação aos índices da capital paranaense, os da RMM se destacam pela participação nas atividades do grupo intelectual (13,2% e 5,7% em Curitiba) e com relação aos ocupados nas atividades dos setores médios (17,2% e 25,3% em Curitiba).

Em 1991, a Região Metropolitana de Maringá compunha-se de uma estrutura social que, apesar de constituída de uma cidade de porte médio e outras de menor porte, guardava – em termos relativos – similaridade com as grandes metrópoles. Essa identificação referia-se à significativa presença da população ocupada nas atividades do secundário em oposição a menores percentuais de população ocupada com as atividades do terciário (apesar de este elemento ter significativa presença na estrutura econômica maringaense desde sua fundação). Todavia, o percentual de população formada pelo grupo intelectual em Maringá apresenta uma média muito acima dos índices das demais metrópoles com as quais se compara.

### Organização socioespacial da RMM

A finalização da análise fatorial da morfologia socioespacial apresentada pela Região Metropolitana de Maringá, que deriva da relação dos dados de ocupação (agregados nas categorias socioocupacionais), com a base territorial (as AED's), identificou um total de sete tipos de espaço, determinados, cada qual, por uma composição específica de categorias socioocupacionais: superior, médio superior, médio, operário, popular, agrícola e agrícola operário.

Cada um desses tipos se caracteriza por uma ocupação residencial equivalente no que se refere às condições socioeconômicas dos moradores. Ou seja, o espaço superior se constitui de maioria de moradores com ocupações relacionadas às categorias da elite intelectual (24,1%, com preponderância para os profissionais de nível superior empregados) e das camadas médias (23,7%, especialmente os empregados de escritório).

No espaço médio superior, há uma predominância das camadas médias e do proletariado secundário, que constituem quase a metade desse espaço, com quase idênticos percentuais de presença, 22,1% e 22,3%, respectivamente. E, da mesma forma, 17,0% da elite intelectual e 19,0% de trabalhadores do terciário. A porção menor que resta é dividida pela população do subproletariado (11,3%), pequena burguesia (5,5%), agrícola (2,0%) e da elite dirigente (0,7%).

No espaço médio, há uma hierarquização socioocupacional constituída pela participação do proletariado secundário (23,6%), das camadas médias (19,9%), da elite intelectual (17,5%) e, ainda, do proletariado terciário (16,1%). As menores presenças do subproletariado (9,8%), por um lado, e da elite dirigente (0,4%), por outro, garante a ocupação média que caracteriza essa área.

O espaço operário se caracteriza pela concentração majoritária do segmento secundário, que compõe 36,5% do seu território, assim como 20,6% deste é habitado por categorias terciárias, o que totaliza mais da metade desse espaço. Em oposição, apenas 0,1% dele é ocupado pelos grupos dirigentes, cuja presença é especificamente de empresários (3,1% dos ocupados da categoria). Considerando que os espaços operários são compostos pela totalidade dos municípios de Sarandi e Paiçandu, os empresários aí residentes são aqueles que optam por morar próximo às suas empresas. É o tipo socioespacial que apresentou a menor participação (traduzida na densidade de 0,18) das ocupações dirigentes (sem ocorrência de moradores dirigentes públicos, dirigentes privados e profissionais liberais).

Os espaços populares na Região Metropolitana de Maringá são compostos por uma participação de 27,5% do proletariado secundário, 24,1% do terciário e 18,1% das camadas médias. Esses índices marcam a distinção desse espaço com o operário, pois aqui há um equilíbrio maior na participação dos segmentos operários, comércio e serviços e médios, com uma densidade 1,4 vezes maior de participação do proletariado terciário. São baixos os percentuais dos grupos da pequena burguesia (2,9%), agrícolas (1,3%) e dirigentes (0,2%) na composição desse tipo de espaço.

Os espaços agrícolas são compostos pelo tipo socioocupacional agrícola, numa proporção percentual 3,8 vezes maior que o peso da categoria nas demais áreas da região. Ou seja, as agrícolas são áreas em que preponderam moradores ocupados nessas atividades. Por fim, o espaço agrícola operário, que se diferencia do tipo agrícola e do tipo operário por uma composição em que predominam, ao mesmo tempo, moradores com atividades agrícolas (25,2%), terciárias (10,4%) e secundárias (10,1%), do total do proletariado secundário, 16,0% são trabalhadores da indústria moderna. Também estão representados os ocupados com as atividades do subproletariado (8,91%),

das camadas médias (7,16%) e com percentuais bastante equivalentes, 5,67%, 5,64%, e 5,45% as ocupações da elite intelectual, da elite dirigente e da pequena burguesia, respectivamente.

As reflexões realizadas procuraram mostrar como foram enfrentados alguns problemas urbanos e quais foram as iniciativas do poder público e dos agentes imobiliários que garantiram a realização do projeto idealizado para a cidade, tanto nos seus aspectos urbanísticos quanto nos socioeconômicos. Partimos do pressuposto de que a definição inicial dos lugares diferenciados para a moradia, em Maringá, foi um indicativo de segregação social do espaço já presente no seu surgimento.

Os agentes imobiliários, juntamente com o poder público, protagonizaram as definições urbanísticas da cidade e da região, pois, como verificamos, participaram do processo desde o princípio, através de um grande e bem orquestrado empreendimento imobiliário que resultou em alta lucratividade tanto para a primeira companhia empreendedora (CMNP) como para os agentes desse mercado que se estabeleceram desde então.

A constituição da atual estrutura urbana maringaense se apresenta como uma ocupação destituída de favelas. Isso demonstra que o processo de desfavelização perpetrado na década de 1980 mostrou-se suficientemente eficaz e incorporou-se às ações do poder público através das políticas urbanas adotadas para conservá-lo.

Quando os Planos Diretores de Maringá foram elaborados e passaram a legislar sobre o zoneamento, o poder público consolidou o controle do desenvolvimento urbano, pois são as leis de zoneamento que determinaram a configuração da cidade em seqüência ao determinado no projeto da CMNP. A concentração do crescimento urbano no âmbito do planejamento contou ainda com a participação do setor imobiliário na produção da legislação urbanística, seja através de influência no legislativo ou no próprio poder executivo.

A região maringaense se insere, portanto, no processo mais abrangente de polarização riqueza-pobreza que caracteriza a urbanização no Brasil, reproduzindo o tradicional modelo de ocupação do espaço urbano centro-periferia e, neste sentido, apresentando uma ocupação socialmente hierarquizada, distinguindo-se do modo fractal que vem caracterizando, atualmente, a urbanização nas grandes

metrópoles, com o espraiamento da riqueza por todo o território. Consolida-se, até os dias atuais, uma ocupação dual, o que, todavia, poderá redefinir-se num futuro próximo através dos condomínios fechados que já estão sendo empreendidos nessa área metropolitana.

Uma outra distinção entre Maringá e as grandes concentrações urbanas pode ser apontada: nas metrópoles, ocorre a crescente presença das camadas médias nas áreas periféricas (condomínios fechados), fato não registrado na região de Maringá, cujas classes médias ainda ocupam espaços também intermediários, como o mapeamento das CATS's demonstrou. Isto é, as classes dirigentes estão nas áreas centrais, as classes médias nos espaços próximos ao centro e as classes populares, de renda baixa, na periferia do município sede ou nas franjas periféricas do entorno de Maringá.

A estrutura socioespacial da RMM, em 1991, apresentava-se marcada pela presença preponderante de trabalhadores nas atividades do secundário, com predominância dos rendimentos até dois salários mínimos. Em consonância com a desigualdade de renda encontramos a desigual área destinada à moradia, pois a maioria dos ocupados pertencentes às categorias socioocupacionais do proletariado e subproletariado, camadas de trabalhadores com baixa remuneração, reside nos espaços operários e populares que se localizam na periferia de Maringá ou, ainda, nas cidades próximas. E o contrário também se confirma, isto é, as categorias cujas profissões se incluem nas atividades das elites estão residindo nos espaços superiores da cidade pólo.

Maringá desponta no cenário nacional como uma cidade de porte médio que a literatura especializada apresenta como detentora de potencial para reverter a anomalia da malha urbana, servindo de "dique" para conter o fluxo migratório constante das maiores metrópoles na desconcentração econômica, ou seja, é um dos pólos que tem absorvido atividades e populações no espectro de fenômenos que constituem o processo de reestruturação produtiva nas duas últimas décadas.

Todavia, as questões sobre o espaço urbano de Maringá e a sua dinâmica de ocupação não se explicam no nível municipal. A discussão inclui, obrigatoriamente, os municípios do entorno, pois é impossível pensar, por exemplo, em políticas públicas para o município

sede, seja de saúde, de educação, sociais, urbanas, de meio ambiente, ou qualquer outra, sem avaliar as especificidades de cada município da região metropolitana como um todo, e, se possível, dos municípios de nossa vizinha, a Região Metropolitana de Londrina, cuja distância de 80 quilômetros é tão pequena que muitos problemas idênticos se esbarram todo o tempo.

Tivemos que ampliar nosso olhar para descobrir que a pobreza de Maringá mora ao lado da “cidade canção”.<sup>10</sup> Para que sejam concretizadas políticas públicas que minimizem as desigualdades regionais, também será necessário que as elites dirigentes ampliem o seu olhar. Indagamo-nos até quando Maringá conseguirá preservar sua imagem paradisíaca afastando as contradições.

## Referências

- AMORIM F<sup>o</sup>, O. e SERRA, R. V. (2001). “Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional”. In: ANDRADE, T. e SERRA, R. V. (orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro, Ipea.
- ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. (orgs.) (2001). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro, Ipea.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (1998). Lei complementar N<sup>o</sup>. 83/98. Institui a Região Metropolitana de Maringá. Curitiba.
- BÓGUS, L. M. e TASCHNER S. (1999). São Paulo como *patchwork*. *Cadernos MetrÓpole*, n. 1, pp. 42-98. São Paulo, Educ/Fapesp.
- BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE (2001). Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 273 p. – Série fonte de referência. Legislação; n. 40.

---

<sup>10</sup> Nome que identifica a cidade, assim denominada por influência de uma canção de Joubert de Carvalho chamada *Maringá*, que fazia muito sucesso à época do seu surgimento.

- CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (2004). *Arquivo*.
- CHENU, A. e TABARD, N. (1993). Les transformations socioprofessionnelles du territoire français, 1982-1990. *Populations*, n. 6, pp. 1735-1770.
- DIAS, R. B. e TONELLA, C. (1999). *A experiência do Legislativo municipal em Maringá – 1947-1998*. Maringá, Câmara Municipal de Maringá.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1996). *Censo Demográfico 1991 – Documentação dos Microdados da Amostra*. CD-ROM. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Censo Demográfico 2000 – Documentação dos Microdados da Amostra*. CD-ROM. Rio de Janeiro,
- \_\_\_\_\_ (2002). *Censo Demográfico 2000 – Microdados da Amostra, Paraná*. CD-ROM. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2003). *ESTATCART: sistema de recuperação de informações georreferenciadas*. Versão 2.0. 1 CD-ROM. Rio de Janeiro, IBGE.
- IPARDS – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1998). *Zoneamento ecológico-econômico do Paraná: aspectos sócio-econômicos*. Curitiba.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Base cartográfica da Região Metropolitana de Maringá (digitalizada por setor censitário)*. Organizado por Celso Gonçalves Dias Junior. Curitiba.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional*. Home page do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Indicadores Metropolitanos*. CD-ROM. Curitiba.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Leituras regionais: mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense*. IpardeS – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2001). *PIB – Dados Preliminares*. Brasília.
- IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES (2000). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – redes urbanas regionais: Sul*. Brasília, Ipea.

- LAGO, L. C. do (2000). *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan.
- \_\_\_\_\_. (2000). “O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- LIMA, M. (1999). Dallas no Paraná. *Revista Veja*, n. 20. São Paulo.
- MARINGÁ – Prefeitura Municipal (2002). Secretaria da Cultura e Turismo. *Projeto Memória*. Maringá.
- MARX, K. (1985). *O Capital – Crítica da Economia Política*. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo, Difel.
- MEDEIROS, M. (2003). *As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos*. Brasília, nov., home page do Ipea (Texto para discussão n.º. 998).
- \_\_\_\_\_. (2003). *Os ricos e a formulação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea (Texto para Discussão n.º. 984).
- MENDONÇA, J. G. (2002). *Segregação e mobilidade residencial na região metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ.
- METRODATA (2004). *Observatório das Metrópoles*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- OLIVEIRA, D. de (2000). *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba, Editora da UFPR.
- ONU/PNUD (2004). *Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002*. [New York] home page acessada em maio.
- PARK, R. E. (1916). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *American Journal of Sociology*, XX, mar., pp. 577-612.
- POCHMANN, M. e AMORIM, R. (orgs.) (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- POCHMANN, M. et alii (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil. Os ricos no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (1977). *Plano das Diretrizes Viárias de Maringá*. Maringá.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento*. Maringá.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (1996). *Perfil da Cidade de Maringá*. Secretaria de Planejamento. Maringá, Gráfica Municipal.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Memória dos Bairros: Vila Operária*. Maringá, s/n (Projeto Memória dos Bairros).
- \_\_\_\_\_. (2002). *Projeto Memória*. Secretaria da Cultura e Turismo, Maringá.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Censo Econômico do Município de Maringá*. Maringá, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.
- PRETECEILLE, E. (1993). *Mutations urbaines et politiques locales*, v. 2. Paris, Centre de Sociologie Urbaine.
- \_\_\_\_\_. (2000). Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense. In: RIBEIRO, L. C. de Q. *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- REGO, R. L. (2001). O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. *Acta Scientiarum*, v. 23, n. 6, pp. 1569-1577. Maringá.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (1996). "Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil". In: RIBEIRO, L. C. de Q. e PECHMAN, R. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2000). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- \_\_\_\_\_. (2003). "Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território". In: RASSI NETO, E. e BÓGUS, C. M. (orgs.). *Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada*. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde (Série Técnica Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde, 3).
- \_\_\_\_\_. (2003). *Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território*. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde.
- \_\_\_\_\_. (2004). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: discussões sobre segregação e desigualdade. *Workshop Nacional da Rede Metrôpoles*. Brasília (mineo).

- RIBEIRO, L. C. de Q. e CARDOSO, A. L. (1996). "Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil". In: RIBEIRO, L. C. de Q. e PECHMAN, R. (org.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RODRIGUES, A. L. e TONELLA, C. (2003). *Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense*. XVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu.
- RODRIGUES, A. L. (2003). *Comparação entre o processo de segregação socioespacial numa cidade de porte médio e numa metrópole*. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Campinas.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO/PMM (2004). *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado/2004* (Projeto de Lei em processo de envio para o Legislativo Municipal).
- SOCORRO, J. V. (2004). Entrevista a Ana Lúcia Rodrigues, Maringá. 26/01.

Recebido em set./2004.  
Aprovado em out./2004.